

A NAÇÃO IMAGINADA POR ANDRÉ REBOUÇAS: UM BRASIL DE D. PEDRO II POR UMA DEMOCRACIA RURAL*

ROBERT DAIBERT JÚNIOR**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – SÃO PEDRO – MINAS GERAIS – BRASIL

RESUMO

O artigo analisa a visão da nação brasileira idealizada por André Rebouças em dois momentos: nos anos de seu envolvimento na campanha abolicionista nos anos 1880 e no período de seu autoexílio (1889-1898) após a queda da monarquia. Na primeira parte do texto, analisa-se a imagem da nação construída por Rebouças como resultado futuro de seu projeto de intervenção social, voltado para a inclusão de ex-escravizados e imigrantes pobres em uma Democracia Rural. Em sua compreensão, essa comunidade imaginada seria mais democrática por esvaziar o poder dos latifundiários e por garantir a inserção efetiva de grupos marginalizados na esfera produtiva, por meio do acesso às pequenas propriedades de terra. Na segunda parte do texto, apresenta-se a inserção da figura de D. Pedro II como herói e protagonista daquele modelo de nação imaginada por Rebouças, em uma visão idealizada da monarquia deposta e de seu chefe de estado, acompanhada de críticas ao Brasil republicano.

Palavras-chave: André Rebouças; nação; D. Pedro II; Democracia Rural; monarquia.

ABSTRACT

The article analyzes the vision of the Brazilian nation idealized by André Rebouças in two moments: during the years of his involvement in the abolitionist campaign in the 1880s and during the period of his self-exile (1889-1898) after the fall of the monarchy. The first part of the text analyzes the image of the nation constructed by Rebouças as the future result of his social intervention project, aimed at including former slaves and poor immigrants in a Rural Democracy. In his point of view, this imagined community would be more democratic because it would strip away the power of the landowners and guarantee the effective inclusion of marginalized groups in the productive sphere, through access to small land properties. The second part of the text presents the insertion of the figure of D. Pedro II as the hero and protagonist of that model of nation imagined by Rebouças, athwart an idealized vision of the deposed monarchy and its head of state, accompanied by criticism of Republican Brazil.

Keywords: André Rebouças; nation; D. Pedro II; Rural Democracy; monarchy.

RESUMEN

El artículo analiza la visión de la nación brasileña idealizada por André Rebouças en dos momentos: durante los años de su participación en la campaña abolicionista en la década de 1880 y durante el período de su autoexilio (1889-1898) tras la caída de la monarquía. La primera parte del texto analiza la imagen de la nación construida por Rebouças como futuro resultado de su proyecto de intervención social, destinado a incluir a los antiguos esclavos y a los inmigrantes pobres en una Democracia Rural. En su opinión, esta comunidad imaginada sería más democrática porque despojaría del poder a los terratenientes y garantizaría la inclusión efectiva de los grupos marginados en la esfera productiva, mediante el acceso a la pequeña propiedad de la tierra. La segunda parte del texto presenta la inserción de la figura de Pedro II como héroe y protagonista de ese modelo de nación imaginado por Rebouças, en una visión idealizada de la monarquía depuesta y de su jefe de Estado, acompañada de críticas al Brasil republicano.

Palabras-chave: André Rebouças; nación; D. Pedro II; Democracia Rural; monarquia.

* "O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil".

** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: robertdaibert@uol.com.br.

*“Estou sempre a imaginar o que seria hoje o Brasil se tivesse continuado o pacífico, próspero, liberal e progressista reinado do Imperador D. Pedro II; (...) Seria assim nossa amada Pátria um paraíso na terra; superior a qualquer país da América e até da própria Europa. Essa felicidade demais, não cabia neste mundo”*¹. (André Rebouças, 1895)

INTRODUÇÃO

O texto da epígrafe acima foi extraído de uma carta, escrita por André Rebouças em 29 de setembro de 1895, e enviada a Alfredo d’Escagnolle Taunay, Visconde de Taunay (1843-1899). Naquele contexto, a correspondência era o único meio de comunicação possível entre os dois amigos, afastados pelo Oceano Atlântico. Na ocasião, enquanto Taunay residia no Rio de Janeiro, capital federal da jovem República no Brasil, Rebouças encontrava-se na Ilha da Madeira, em Portugal, em um exílio voluntário².

Indignado com o golpe militar republicano que derrubou a monarquia no país, André Rebouças acompanhou a família imperial brasileira, expulsa do Brasil pelo governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, em novembro de 1889. Assim, conseguiu manter-se relativamente próximo do imperador deposto, em Lisboa, Paris e Cannes, até dezembro de 1891, na ocasião da morte de D. Pedro II, na França. Entre 1892 e 1893, Rebouças realizou, por cerca de quatorze meses, uma viagem de circunavegação no continente africano, passando por Lourenço Marques (Moçambique), por Barberton, Queenstown e Cape Town, (África do Sul)³. A partir de julho de 1893, mudou-se para a cidade de Funchal, na Ilha da Madeira, em Portugal, onde residiu até 1898, ano de sua morte, sem jamais retornar ao Brasil.

Ao longo dos seus quase nove anos de exílio, entre novembro de 1889 e maio de 1898, André Rebouças manteve uma profícua correspondência com seus amigos brasileiros. Nesse período, sustentou uma forte defesa da monarquia ao mesmo tempo em que se angustiava com

¹ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Carta a Alfredo Taunay, 29 de setembro de 1895. Registro de Correspondência, vol. 8.

² SPITZER, L. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 174.

³ MATTOS, H. *Cartas da África: registro de correspondência (1891-1893)*, André Rebouças. São Paulo: Chão, 2022, p. 315-366.

os rumos tomados pela República no Brasil, conhecidos por meio das notícias que lia nos jornais, livros ou cartas que recebia. Vivendo como hóspede em hotéis de países estrangeiros, com profunda saudade de sua terra natal, Rebouças sofria de um sentimento que denominava “obsessão patriótica”⁴. Nesse processo que envolvia amargura, melancolia, endividamento, adoecimento físico e certamente mental, Rebouças organizava seus diários, cartas e textos. De longe, ao reler seus próprios escritos, cultivava e construía uma memória do período imperial, imaginava o Brasil dos seus sonhos, de seu projeto de nação, que desenhava um futuro de equidade e desenvolvimento para o país.

Neste artigo, pretendo analisar a visão da nação brasileira idealizada por André Rebouças em dois momentos: nos anos de seu envolvimento, enquanto intelectual mediador, na campanha abolicionista nos anos 1880 e no período de seu autoexílio (1889-1898) após a queda da monarquia. Na primeira parte do texto, analiso a imagem da nação construída por Rebouças como expectativa futura de sucesso de seu projeto de intervenção social, voltado para a inclusão de ex-escravizados e imigrantes pobres em uma Democracia Rural. Em sua compreensão, essa comunidade imaginada seria mais democrática por esvaziar o poder dos latifundiários e assim garantir a inserção efetiva de grupos marginalizados na esfera produtiva e no exercício da cidadania, por meio do acesso às pequenas propriedades de terra. Na segunda parte do texto, apresento a inserção da figura de D. Pedro II como herói e protagonista daquele modelo de nação imaginada por Rebouças, em uma visão idealizada da monarquia deposta e de seu chefe de estado, acompanhada de críticas aos rumos do Brasil republicano.

ESTADO E NAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

De acordo com José Murilo de Carvalho⁵, no período monárquico, o sentimento de brasilidade era frágil. Em “*Brasil, nações imaginadas*”, o autor analisou a variação das imagens da nação brasileira naquele tempo, de acordo com as visões das elites políticas e intelectuais. Segundo o autor, quando a Corte portuguesa chegou ao Rio de Janeiro em 1808, o Brasil não

⁴ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Registro de Correspondência, vol. 7. Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. 14 de dezembro de 1894.

⁵ CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, J. M. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 233-235.

existia nem economicamente, nem politicamente, nem culturalmente. Havia sim um arquipélago de capitanias que pouco se comunicavam e, na maioria das vezes, ignoravam-se reciprocamente. Mesmo muitos anos após a independência, a ideia de Brasil ainda não havia sido incorporada na mentalidade da população e permanecia apenas na cabeça dos políticos representantes do novo estado em formação. Em decorrência dos interesses escravocratas das elites, manteve-se a unidade do país e a ordem social, de modo que em 1850, o Estado Nacional monárquico e centralizador estava consolidado, mas não havia ainda uma nação ligada por um sentimento de identidade ⁶.

Ao longo do Segundo Reinado, a elite imperial tentava construir a nação, apostando em algumas estratégias que, na maioria das vezes, falhavam por não alcançarem repercussão. Para isso, a literatura e a pintura românticas elegeram o indígena como símbolo da nação. Exaltava-se também a natureza tropical como um cenário idealizado em que os povos nativos apareciam como heróis e ao mesmo tempo vítimas necessárias de um glorioso processo civilizatório dos portugueses na América. Nessas narrativas os indígenas, como bons selvagens tropicais, sacrificavam-se e morriam como heróis valentes em prol da formação de uma nação conduzida por brancos e pelos valores europeus⁷. Os povos nativos eram retratados como parte da natureza exuberante e adversa e como tal interpretados como obstáculos a serem removidos, em sua inocência primitiva, em prol da afirmação de algo visto como superior: a civilização europeia nos trópicos ⁸.

A imagem oficial da nação, construída pelo Estado Imperial, não incorporava a realidade da população, formada em grande parte pela população negra, escravizada ou livre. Não se vislumbrava a contribuição positiva das pessoas negras, enquanto cidadãos e protagonistas para a formação da nação⁹. Por outro lado, considerando que os indígenas representavam a nação como heróis míticos, mortos em um passado idealizado, em uma natureza selvagem, posteriormente dominada pelas luzes da civilização europeia, a narrativa

⁶ CARVALHO, 1999, p. 233-235.

⁷ SCHWARCZ, L. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paul: Companhia das Letras, 1998, p. 132-149.

⁸ SALLES, R. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 98.

⁹ CARVALHO, 1999, p. 245-248.

oficial construía a nação, ao final, como fruto de um protagonismo e sucesso dos brancos. Negros e indígenas estavam ausentes ou extremamente sub-representados na imagem oficial da nação, em um território que na prática formavam maioria.

Esse modo de construir a nação sofreu abalos nos anos 1880. Através da campanha abolicionista, desenvolveu-se um dos mais importantes movimentos cívicos de caráter nacional. Abolir a escravidão passou a ser uma questão de dignidade nacional para intelectuais abolicionistas da Corte como André Rebouças, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, entre outros. Era preciso pensar a inclusão da população negra na nação, já que após a abolição os ex-escravizados assumiriam formalmente o status de cidadãos¹⁰. Havia medo em relação aos possíveis efeitos negativos do fim da escravidão. Qual o lugar da massa da população liberta no processo produtivo e na sociedade como um todo? Haveria aumento da criminalidade? A lavoura estava ameaçada pelo abandono dos trabalhadores? Nesse cenário, diante de dúvidas e inquietações, políticos e intelectuais abolicionistas que militavam pelo fim da escravidão no parlamento, nos jornais e nas ruas passaram a defender soluções que garantissem como faces de uma mesma moeda, por um lado, a inserção dos ex-escravizados no projeto de nação e, por outro, o ingresso ou permanência do país no mundo civilizado. Tais preocupações, como veremos a seguir, eram centrais no projeto de nação imaginada por André Rebouças.

ANDRÉ REBOUÇAS: O BRASIL NAÇÃO COMO UMA DEMOCRACIA RURAL

Atualmente, no espaço público brasileiro, o nome de André Rebouças¹¹ está fixado em diversos logradouros pelo país, como praças, ruas, avenidas e escolas. Entre os locais mais conhecidos, destacam-se o município de Rebouças, no Paraná, o Túnel Rebouças no Rio de Janeiro e a Avenida Rebouças em São Paulo.¹² Na historiografia brasileira, sua figura é reconhecida como um dos grandes expoentes do abolicionismo no país e o intelectual negro de

¹⁰ CARVALHO, 1999, p. 248

¹¹ Em alguns casos, a homenagem também é dirigida em conjunto para seu irmão Antônio Rebouças, falecido precocemente em 1874, e que foi seu parceiro em diversos e importantes projetos de engenharia de obras públicas pelo Brasil.

¹² MATTOS, 2022, p. 317.

maior destaque no Brasil do século XIX.¹³ Rebouças também ganhou notoriedade como um importante engenheiro de grandes obras públicas, em diversas províncias do Império.¹⁴ Ao longo do Segundo Reinado, trabalhou como empresário em estradas de ferro, companhias portuárias e de navegação, projeto de extensão de cais, abastecimento de água e companhia florestal. Atuou também por muitos anos como professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, curso superior responsável por formar novos engenheiros.¹⁵

Na infância, foi educado com base no modelo europeu de civilização. Além da educação formal escolar, aprendeu muito com seu pai, o advogado Antonio Pereira Rebouças, que foi deputado-geral pela Bahia e conselheiro do Império, alcançando ascensão social por sua atuação profissional e prestígio pela participação nas lutas pela independência do Brasil na Bahia.¹⁶ Na vida adulta, André Rebouças consagrou-se como um homem de ciência, leitor voraz e um intelectual erudito, sempre às voltas com publicações de textos na imprensa brasileira. Em todas as suas atividades, o Dr. Rebouças, como era conhecido, destacava-se por sua erudição, inteligência e por seus projetos voltados para o progresso técnico e para o desenvolvimento econômico, científico e cultural do Brasil.

Se por um lado, muitos de seus projetos eram bem-sucedidos, por outro, também desencadeavam polêmicas, fomentavam disputas e inimizades. O sucesso dos seus projetos de engenharia voltados para a modernização da Corte e de diversas províncias esbarrava em privilégios e redes de favores estruturadas entre os poderes públicos e a iniciativa privada. Havia também disputas de espaço entre engenheiros e empresários.¹⁷ Se por um lado, Rebouças desfrutava de certo prestígio na sociedade imperial, por outro, o racismo sempre era usado em situações de disputa para desqualificar seus méritos e sua competência intelectual.

¹³ ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro. (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

¹⁴ SILVA, A. C. I. *Portos de Commercio: tecnologia, associacionismo e redes de sociabilidade: os desafios e as propostas modernizadoras de André Pinto Rebouças para o Brasil do Segundo Reinado (1850-1890)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

¹⁵ TRINDADE, A. D.. *André Rebouças: um engenheiro do Império*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2011.

¹⁶ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

¹⁷ SILVA, 2019.

Sem dúvida, sua posição enquanto homem negro era um elemento que criava obstáculos impostos pela sociedade racista. Nesse sentido, apesar de suas excelentes notas, teve sua entrada recusada na Escola da Marinha, ainda na fase de sua formação educacional. Após sua formatura como engenheiro, apesar de atestar desempenho acadêmico de excelência, seu pedido de bolsa ao governo brasileiro para estudar engenharia na Europa foi negado. Seu pai precisou custear todas as despesas de sua viagem e manutenção do próprio bolso. Sua nomeação como professor concursado do curso superior de engenharia da Escola Politécnica foi um processo difícil, demorado, marcado por entraves decorrentes do preconceito racial. Rebouças foi muitas vezes recusado em empregos, ou quando era contratado recebia salário inferior ao de outros homens brancos com a mesma qualificação. Além disso, sofria também insultos raciais por meio de cartas anônimas e textos satíricos na imprensa.¹⁸

Em sua experiência como um intelectual negro no Segundo Reinado, André Rebouças debatia-se com os poderes da classe senhorial, formada por escravocratas latifundiários e exportadores de café. Enriquecidos, os membros dessa elite agrária expandiam seu poder ocupando cargos políticos privilegiados, através da centralização do Estado e da imposição da ideologia da ordem, submetendo tanto a população escravizada quanto os segmentos livres ao seu domínio.¹⁹

De acordo com Ângela Alonso, Rebouças fez parte da conhecida Geração de 1870, um movimento formado por homens que eram críticos da elite imperial a qual administrava o país com base nos interesses da monocultura escravista e latifundiária, da centralização política conservadora e da religião do Estado. Como proposta para superar essa estrutura responsável pelo atraso do Brasil, essa geração de intelectuais, espécie de vanguarda ilustrada, idealizava um projeto de modernização e civilização do país através da inclusão disciplinada dos homens livres pobres na sociedade. De um modo geral, esse era um caminho traçado por alguns intelectuais que idealizavam o desenvolvimento do Brasil, em um processo que poderia

¹⁸ SPITZER, 2001, p. 167-168.

¹⁹ MATTOS, I. R. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

completar a construção do Estado e da nação, universalizando direitos políticos e civis, sob as rédeas de uma elite científica e benevolente.²⁰

A chamada Geração de 1870 era composta por grupos que sustentavam diferentes visões. André Rebouças fazia parte de um segmento denominado “novos liberais”. Contrários à escravidão, sustentavam um liberalismo monárquico suprapartidário, favorável à ampliação da participação política e dos direitos individuais para os setores pobres e excluídos, como africanos e seus descendentes.²¹ Os “novos liberais” eram monarquistas convictos e circulavam pelos salões da Corte, onde tentavam defender as reformas nas estruturas senhoriais e escravocratas, também através do acesso à família imperial, ao imperador e aos políticos influentes do alto escalão do Império. Nesses espaços, militavam por mudanças na estrutura das grandes propriedades de terra e pela extinção da escravidão.²²

Como parte desta geração, André Rebouças pode ser interpretado como um intelectual mediador dedicado à “produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculado à intervenção político-social.”²³ Seu engajamento e atuação enquadram-se no conceito de atuação intelectual, conforme argumenta Jean-François Sirinelli. Trata-se, segundo o autor, de uma militância, expressa sobretudo pela escrita de livros, textos em jornais ou cartas, com objetivo de produzir e promover a circulação e a apropriação de ideias, contribuindo assim para discussões e decisões políticas.²⁴ O intelectual mediador, segundo Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen, são atores estratégicos “nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.”²⁵

²⁰ ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 331-335.

²¹ ALONSO, 2002, p.112-120, 202-203.

²² ALONSO, 2002, p.112-120.

²³ GOMES, A. C. & HANSEN, P. S. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10.

²⁴ SIRINELLI, J. F. *Génération intellectuelle: Khâgneux et Normaliens dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 9-10.

²⁵ GOMES & HANSEN, 2016, p. 10.

A militância abolicionista de André Rebouças ao longo dos anos 1880 era fundamentada na defesa de uma reforma profunda na estrutura fundiária do país. No seu entendimento, não bastava apenas abolir a escravidão. Era preciso abolir também o latifúndio. Em 1883, André Rebouças publicou sua principal obra abolicionista, intitulada *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos. Propaganda Abolicionista e Democrática*.²⁶ Em seu diagnóstico, o Brasil era visto como um território atrasado pelo predomínio da grande propriedade e da escravidão. O objetivo do livro era apresentar um projeto de dissolução dos latifúndios e de expansão das pequenas propriedades no Brasil. Este seria o caminho do progresso e da construção de uma sociedade capitalista liberal e democrática. Rebouças defendia assim a estruturação de uma “Democracia Rural”, na qual os segmentos sociais excluídos e marginalizados da nação, como ex-escravizados e imigrantes, teriam participação ativa como produtores rurais nas pequenas propriedades.²⁷

De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho, Rebouças entendia os latifúndios como obstáculos à liberdade e à prosperidade do povo. Nesse sentido, com base em um modelo estadunidense, apostava na ideia de que as pequenas propriedades seriam formadas como espécies de novas comunidades políticas autogovernativas, capazes de associar a virtude pública e o interesse individual.²⁸ No novo modelo, os lavradores estariam livres da dominação dos grandes proprietários, o que resultaria em liberdade política e econômica, autonomia e cidadania.

Ao longo da década de 1880, Rebouças militou de modo intensivo pela divulgação de seu projeto de abolição da escravidão e dos latifúndios. Seu plano detalhado em seu livro *Agricultura Nacional*, ao longo de quatrocentas páginas, defendia a cobrança de altos impostos sobre a grande propriedade. Além disso, propunha uma nova legislação que obrigasse os grandes latifundiários a dividir grande parte de suas propriedades em pequenos pedaços de terra,

²⁶ REBOUÇAS, A. *Agricultura Nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureaux, 1883.

²⁷ DAIBERT JR., Robert. Sonhos proféticos de André Rebouças por uma Democracia Rural: o encontro do “maior inimigo dos Fazendeiros” com as utopias cristãs de Tolstoi. *Intellèctus* (UERJ), Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 102-127, 2023.

²⁸ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças (1838-1898). *Agricultura Nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática*. In: PRADO, Maria Emília. (org.) *Dicionário do Pensamento brasileiro: obras políticas do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Renavan, 2012, p. 35.

arrendados ou vendidos aos ex-escravizados e imigrantes. O plantio e cultivo agrícola propriamente dito seria conduzido por esses grupos antes marginalizados. Esses pequenos lotes deveriam estar articulados aos chamados *engenhos centrais*, espaços de médio porte comandados pelos antigos latifundiários, agora responsáveis pelo beneficiamento dos produtos agrícolas, isto é, pela transformação da matéria-prima, pelo seu armazenamento, embalagem, escoamento e distribuição nacional ou internacional.²⁹

Nos engenhos centrais, além de equipamentos modernos, seriam instaladas também escolas agrícolas que funcionariam no turno da noite e nos fins de semana. Esses espaços seriam voltados para a educação técnica e agrícola dos pequenos proprietários, ex-escravizados e imigrantes pobres. De acordo com Rebouças, assim seria possível construir a

[...] educação e instrução do cidadão de um país realmente livre, e os princípios técnicos da especialidade a que ele destinar. Ali os meninos e os operários terão sempre diante dos olhos o grandioso espetáculo dos majestosos palácios da indústria moderna, povoados de máquinas em movimento, erguendo-lhes o espírito, e citando-lhes a atividade, aguçando-lhes a inteligência, desenvolvendo-lhes o espírito inventivo, e sublimando-lhes incessantemente o coração até Deus, pela evidência de que há criaturas, que podem criar, como o Criador!! Ali, sim, nós cremos que se educarão operários, artistas e cidadãos.³⁰

Assim, de um modo bastante utópico, Rebouças imaginava a nação brasileira como uma Democracia Rural, em que a pequena e a média propriedade funcionariam de um modo articulado, harmônico, orgânico, em uma codependência harmônica e não predatória. Em outras palavras, a nação seria formada por comunidades amparadas em um *ethos* coletivista e solidário, capaz de impulsionar a produção agrícola em moldes capitalistas. Os trabalhadores pobres, no entanto, seriam educados para a civilização e para o progresso, teriam pleno acesso à terra com total autonomia para o trabalho. Nesse cenário, sem os velhos laços de submissão aos latifundiários, imigrantes e ex-escravizados seriam elevados a cidadãos plenos e proprietários de terras. Além disso, o projeto de Rebouças previa também a distribuição das terras devolutas do Estado aos pequenos proprietários que teriam sua produção agrícola subsidiada pelo Estado. Nesse caso, havia um projeto específico para os terrenos marginais aos

²⁹ DAIBERT JR., 2023, p. 102-127.

³⁰ REBOUÇAS, 1883, p. 374-375.

rios navegáveis e às estradas de ferro. O projeto como um todo defendia um modelo que prometia trazer desenvolvimento econômico, social e cultural ao Brasil, que deixaria de ser um país escravocrata atrasado e seria transformado em uma nação civilizada, educada, próspera, sem grandes desigualdades sociais.

Em 1884, o Senador Souza Dantas (1831-1894), como chefe de governo, tentava aprovar no Parlamento do Império uma parte do projeto defendido por André Rebouças em seu livro *Agricultura Nacional*. Dantas era presidente do Conselho de Ministros, cargo relativamente equivalente ao de primeiro-ministro no Reino Unido. Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, a proposta de reforma que previa a formação de colônias agrícolas, pela distribuição de terras para imigrantes e ex-escravizados, foi atacada e amplamente rejeitada pela maioria dos políticos, representantes dos interesses das oligarquias latifundiárias e escravocratas. O projeto também previa o pagamento de um subsídio ao pequeno proprietário como estímulo à produção agrícola. Rebouças, embora não ocupasse nenhum cargo político, foi reconhecido como mentor intelectual do projeto e por isso foi acusado de comunista, agitador e ameaçador da ordem. Alguns políticos chegaram a propor que os abolicionistas levariam o país à falência e à guerra civil, recomendando inclusive a demissão de funcionários públicos que participassem dessa militância. Nesse contexto, alguns jornais noticiavam que capangas foram contratados para perseguir e matar abolicionistas.³¹

Após intensos debates e diante de um clima de insatisfação e agitação política, o gabinete ministerial de Dantas foi dissolvido sem conseguir aprovar as reformas. Assim, Rebouças sentiu de perto o ódio e a força política da aristocracia latifundiária e escravocrata. Anos mais tarde, em 1888, após intensa campanha, a abolição da escravidão foi finalmente aprovada pela Assembleia-Geral Legislativa do Império e sancionada pela assinatura da princesa-regente, D. Isabel (1846-1921), que comandou o Império durante o último período de viagem ao exterior de D. Pedro II (1887-1888).

Para Rebouças, o fim da escravidão foi um momento de grande alegria, otimismo e coroamento das lutas travadas nas ruas, na imprensa e no parlamento. Em meio às calorosas

³¹ ALONSO, 2015, p. 239-254, 261-262.

comemorações que ocuparam por dias as ruas da Corte, Rebouças foi carregado por seus alunos de engenharia da Escola Politécnica e homenageado como um dos grandes responsáveis pela grande conquista, pelo passo dado pelo Brasil da escravidão para a liberdade. Em seu diário, esses momentos foram registrados como de “delirante ovação”.³² Em seu entendimento, aquela era sem dúvida uma grande conquista no processo de formação da nação.

Após um mês de intensas comemorações ocorridas em todo o país, a insatisfação dos fazendeiros era expressa pelo Senador Barão de Cotegipe (1815-1889), que apresentava no parlamento um projeto de lei em defesa da indenização dos antigos proprietários de escravizados. O plano previa gastos públicos no valor de duzentos mil contos de réis, o que equivalia na época a uma fortuna de cerca de 20 milhões de libras. Um projeto semelhante também foi apresentado na Câmara dos Deputados e o assunto se arrastou por meses como um sintoma de crise da monarquia diante do crescimento do republicanismo mediante a adesão dos fazendeiros insatisfeitos. Muitos proprietários temiam o avanço das propostas abolicionistas e diziam que suas terras estavam ameaçadas pelo projeto de Rebouças. O clima era de tensão.³³ A extinção da escravidão sem a indenização dos antigos proprietários foi um passo de grande sucesso para o movimento abolicionista, mas fragilizou a confiança dos senhores de terra em relação à capacidade do regime monárquico de representar seus interesses.

Embora Rebouças nunca tenha ocupado formalmente um cargo político, frequentava o Senado e a Câmara dos Deputados, ouvindo os discursos e articulando oposição aos grandes poderes do grupo que ele chamava de “oligarquias parlamentares”.³⁴ No seu entendimento, esse grupo era formado pelos *landlords*, representantes da grande lavoura escravocrata que dominavam completamente o cenário político brasileiro, influenciavam os senadores, deputados, ministros e chefes de governo, limitando ou impedindo o encaminhamento das reformas, mesmo aquelas desejadas pelo Imperador. Ou seja, em sua visão, as próprias elites

³² BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. REBOUÇAS, André. *Diário*. 15 de maio de 1888.

³³ CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 333-337.

³⁴ JUCA, J. *André Rebouças: reformas & utopia no contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001, p. 134.

eram mais poderosas economicamente e politicamente do que o monarca reinante. Por isso era preciso combatê-las, esvaziando seu poder através da construção de uma Democracia Rural.

É nesse sentido que André Rebouças atacou com veemência o Projeto de Lei de Auxílio à Lavoura, apresentado pelo próprio João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), o mesmo presidente do Conselho de Ministros que conduziu a aprovação da Lei Áurea em maio de 1888. O plano, apresentado cerca de um mês após a assinatura da abolição da escravidão, foi classificado por Rebouças em seu diário como “desgraçado” pois não previa indenização aos ex-escravizados, que inclusive deveriam ser alvo de repressão, caso praticassem a ociosidade. Já os antigos senhores de escravizados seriam contemplados com indenização pelas perdas financeiras causadas pela abolição, além de empréstimos financeiros facilitados. Para Rebouças, tudo isso só fortaleceria os poderes econômicos e políticos da oligarquia agrária, impedindo a construção da nação como Democracia Rural.³⁵ Algumas semanas depois, Rebouças discutia com o próprio “Presidente do Conselho, João Alfredo, na sala dos Ministros, o Monopólio Territorial”, tentando convencê-lo a aprovar “medidas a favor da Democracia Rural.”³⁶ Dias depois, em crescente decepção com a política adotada pelo gabinete, Rebouças registrava em seu diário, ainda em julho de 1888, mais uma visita à Câmara dos Deputados, onde esteve, em suas palavras, mais uma vez “discutindo com o Presidente do Conselho João Alfredo os seus auxílios ao *Landlordismo*”³⁷ Na ocasião, Rebouças questionava o chefe de governo a respeito de “seu abandono dos Libertos e da Democracia Rural”.³⁸

Apesar de todas as críticas de André Rebouças e da oposição dentro do parlamento, João Alfredo conseguiu aprovar empréstimos extremamente facilitados aos senhores de terra, como uma espécie de compensação pelo fim da escravidão. Nas palavras de Rebouças, tratava-

³⁵ BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 26 de junho de 1888.

³⁶ BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 10 de julho de 1888.

³⁷ *Landlordismo* foi um termo usado por Rebouças para designar, de modo pejorativo, a força política dos poderosos fazendeiros do Império, com poderes políticos enraizados no parlamento brasileiro, onde aprovavam leis em benefício da manutenção de seus latifúndios e de seus interesses escravocratas, em detrimento da expansão de reformas sociais mais inclusivas em relação aos segmentos sociais mais pobres, como ex-escravizados, imigrantes e pobres de um modo geral.

³⁸ BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 18 de julho de 1888.

se de uma “política plutocrática”³⁹, um governo voltado para os interesses dos ricos e não do povo, como seria em sua nação idealizada como uma Democracia Rural. Em seu entendimento, as críticas deveriam recair sobre o governo, ou seja, sobre o chefe de Governo do sistema parlamentar e não sobre o monarca, que era chefe de Estado. Nesse sentido, também foram grandes os embates de Rebouças contra o Barão de Cotegipe e contra o Visconde de Ouro Preto, que ocuparam respectivamente a chefia de governo anterior e a posterior à de João Alfredo. Em todos os casos, as críticas de Rebouças recaíam sempre sobre o poder e a influência dos *landlords* e de seus interesses na condução do governo e não sobre o sistema parlamentar e nem sobre o regime monárquico.

Para André Rebouças, após o Treze de Maio, faltava ainda um elemento decisivo: a abolição do latifúndio. Em sua compreensão esse seria o único caminho capaz de enfraquecer economicamente e politicamente o poder dos *landlords* e incluir os ex-escravizados e imigrantes como pequenos proprietários na estrutura produtiva do país. Era preciso avançar mais e combater a inegável e ameaçadora força política dos latifundiários na esfera política do país. O inimigo a ser combatido eram as elites oligárquicas e aristocráticas brasileiras que, após o fim da escravidão, pareciam mais raivosas, perigosas, reativas e articuladas politicamente em uma defesa ardorosa de seus interesses econômicos e políticos. Nesse sentido, em 1889, sem saber que o regime monárquico vivia seus últimos dias no Brasil, Rebouças escreveu um longo manifesto, em forma de livreto, intitulado “*Orphelinato Gonçalves de Araújo: lemas e contribuições para a abolição da miséria*”⁴⁰

O texto criticava o parasitismo e os privilégios das elites religiosas, militares e agrárias e também as graves consequências de suas ações para as desigualdades sociais e para o atraso do Brasil. A ideia era construir uma espécie de reforma moral nessas oligarquias, instadas a renunciar a seus latifúndios e a abandonar o acúmulo de suas riquezas, monopólios, isenções e privilégios. Como parte desse processo, o projeto previa também a extinção do direito de

³⁹ BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 27 e 31 de julho de 1888.

⁴⁰ REBOUÇAS, A. *Orphelinato Gonçalves de Araújo: lemas e contribuições para a abolição da miséria*. Petrópolis: Typ. G. Luizinger e Filhos, 1889.

herança.⁴¹ De modo complementar, através da expansão das pequenas propriedades, surgiria uma nova família rural, espécie de célula promissora da sociedade. Como contrapartida pela terra recebida, as famílias agricultoras deveriam adotar de duas a quatro crianças órfãs.⁴²

De acordo com André Rebouças, o parasitismo e o privilégio das elites latifundiárias e escravocratas degradavam a sociedade e ampliavam a miséria. Era preciso, portanto, investir na construção de uma Democracia Rural através de uma reestruturação econômica e social. Assim, somente após a abolição da escravidão e do latifúndio, os diferentes segmentos sociais que compunham a sociedade brasileira, como ex-escravizados, homens livres pobres, imigrantes e fazendeiros, poderiam viver unidos por uma interdependência harmônica.⁴³ Nesse sentido, a nação idealizada por Rebouças ao longo dos anos 1880 era uma Democracia Rural, assentada nas pequenas propriedades agrícolas, formada pela união solidária entre os diferentes segmentos sociais, a partir da inclusão e valorização dos pobres no processo produtivo. Mas como alcançar esse ideal?

Conforme o estudo de Maria Alice Rezende de Carvalho, entre os anos 1870 e 1880, André Rebouças passou gradualmente a assumir a defesa de que as reformas necessárias ao desenvolvimento do Brasil deveriam ser alcançadas por uma modernização conduzida por um Estado antiaristocrático. Em seu entendimento, pela ação benevolente do Estado, seria possível trilhar um caminho eficiente de desmonte do poder da elite escravocrata e latifundiária, a partir da expansão da pequena propriedade e do mercado interno.⁴⁴ Nos meses seguintes à assinatura da Lei Áurea, Rebouças percebia um crescente sentimento de hostilidade das oligarquias cafeeiras em relação à monarquia. O momento era de tensão política. Os antigos proprietários de escravizados reclamavam indenização pela perda de sua mão de obra, dizendo-se roubados em sua propriedade privada. Diante da perspectiva de recusa desse pleito, ameaçavam engrossar as fileiras do republicanismo. De acordo com Ângela Alonso, os dezoito meses que separam a abolição da escravidão e a proclamação da República foram de grande paralisia. Segundo a

⁴¹ REBOUÇAS, 1889, p. 47-48.

⁴² REBOUÇAS, 1889, p. 20, 30-42

⁴³ AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 101-102.

⁴⁴ CARVALHO, M. A. R. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998, pp. 204-214.

autora, a “agenda propositiva dos direitos sociais e da democracia rural empatou com a agenda reativa da indenização. Prensados entre escravistas e abolicionistas, princesa e gabinete se imobilizaram. Nem se aprovou a indenização aos ex-proprietários, nem os projetos de Rebouças [...]”⁴⁵

Nesse cenário de queda de braços, André Rebouças decidiu adotar uma nova estratégia no xadrez do tabuleiro político. Decepcionado com a política adotada pelos chefes de Governo, resolveu apostar no chefe de Estado, aprofundando de modo considerável e inédito seus laços de amizade com D. Pedro II. Isso pode ser observado sobretudo a partir de agosto de 1888, quando o imperador voltou ao Brasil, depois de um período de quase quatorze meses de ausência, em que a Princesa Isabel ocupou pela terceira vez a regência do Império.

Por muito tempo, o monarquismo e mesmo a amizade íntima de André Rebouças com D. Pedro II, a Princesa Isabel e a família imperial foram vistos, de modo equivocado pela historiografia, como algo estável e constante ao longo de todo o Segundo Reinado. Recentemente, novas pesquisas trouxeram outros elementos que destoam dessa imagem, construída pelo próprio Rebouças em seu exílio. De acordo com Hebe Mattos, a partir do fim dos anos 1860, Rebouças obteve um enorme sucesso financeiro e empresarial, em projetos de engenharia e na formação de companhias acionistas que atraíram capitais de investidores no Brasil e no exterior. Muitas de suas empresas privadas eram concessionárias de serviços públicos no Império. E assim, ele foi responsável pela modernização do porto do Rio de Janeiro e também do Maranhão, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Sul. Mas, segundo a autora, em meio a intrincadas disputas políticas que envolviam as relações de suas empresas com o poder público, Rebouças sofreu falências, foi demitido da gerência das Docas da Alfândega e perdeu concessões. Nesse contexto de crise aguda no início dos anos 1870, ele decepcionou-se com muitos líderes políticos.⁴⁶

Ainda conforme Hebe Mattos, nesse momento difícil, “Pedro II não o socorreria. A mágoa foi profunda e o afastaria da família imperial até as vésperas da abolição.”⁴⁷ Ângela

⁴⁵ ALONSO, 2015, p. 366.

⁴⁶ MATTOS, Hebe. (org.) *O engenheiro abolicionista: entre o Atlântico e a Mantiqueira*. v. 1. André Rebouças. Diários, 1883-1884. São Paulo: Chão, 2024, p. 557-559.

⁴⁷ MATTOS, 2024, p. 560.

Alonso chega a afirmar que “Nabuco e Rebouças namoraram a república durante os anos Cotegipe [1885-1888], contudo, com seus lastros aristocráticos avaliaram que poderiam dar o rumo do novo reinado.”⁴⁸ De acordo com a autora, após desatar-se do mundo palaciano nos anos 1870, Rebouças “reamarrou seu destino ao da casa dinástica” no fim dos anos 1880, acreditando que assim poderia influenciar nas reformas do país, como no caso de seu projeto de Democracia Rural.⁴⁹

Antes de 1888, ao longo de quase todo o Segundo Reinado, os contatos e diálogos de André Rebouças com o imperador eram pontuais, raros, protocolares e formais, embora sempre cordiais. Em sua primeira fase palaciana, encerrada no início dos anos 1870, André tinha maior proximidade e amizade com o Conde d’Eu e, secundariamente com sua esposa, a Princesa Isabel, com quem dançou em um famoso episódio, em um sarau no palácio onde o casal residia, no Rio de Janeiro. Essas relações de amizade e intimidade com o casal aparentemente nunca foram reatadas. Até o momento, em meio a vultuosa correspondência da família imperial e mesmo no grande conjunto de documentos escritos por André Rebouças, não foi encontrada nenhuma carta trocada entre o casal d’Eu e Rebouças após a queda da monarquia.⁵⁰

A partir de agosto de 1888, e ao longo do ano de 1889, André Rebouças passou a investir estrategicamente na amizade com o imperador após seu retorno da viagem à Europa. Nesse período, Rebouças registrou em seus diários, com grande frequência, inúmeros encontros com o monarca em seu palácio de Petrópolis, na estação de trem e em longos passeios pelas ruas dessa cidade serrana, onde também moravam. Em alguns períodos, os encontros passaram a ser quase diários. Em conversas francas e animadas, os novos amigos discutiam assuntos variados como literatura, ciência, viagens, entre outros. Mas debatiam principalmente os problemas políticos e sociais do Brasil e as reformas e mudanças necessárias ao seu

⁴⁸ ALONSO, 2015, p. 364.

⁴⁹ ALONSO, 2015, p. 364.

⁵⁰ Há correspondências conhecidas entre André Rebouças e D. Pedro II durante o exílio. O imperador deposed faleceu em 1891, dois anos após a queda da monarquia. Rebouças viveu quase nove anos no exílio e faleceu em 1898, antes do Conde d’Eu e da Princesa Isabel. Deixou organizada cuidadosamente sua própria correspondência em nove grandes volumes. Nesse conjunto documental não há qualquer registro de correspondência com o casal d’eu.

desenvolvimento e modernização.⁵¹ Entre todos os temas, os que mais ocupavam suas conversas eram: “Imposto Territorial, Cadastro, Abolição do latifúndio, complemento indispensável da abolição do escravo.”⁵² Nestes diálogos, D. Pedro II passou a conhecer de perto e, aparentemente, a apoiar os projetos do engenheiro abolicionista para o Brasil, com destaque para a abolição dos grandes latifúndios no país, em resposta à força política do grupo chamado por Rebouças de “fazendeirismo escravocrata e republicanizante”.⁵³

Na visão de Rebouças, o Brasil parecia caminhar finalmente para se tornar uma grande nação. O primeiro grande passo, a extinção legal da escravidão em maio de 1888, já havia sido dado e o poder das elites escravocratas estava abalado e em parte enfraquecido, o que explicava a reação raivosa dos fazendeiros e de seus representantes políticos em defesa de indenização pela mão de obra perdida, entendida como propriedade privada. Agora, no pós-abolição, a monarquia dava sinais de que investiria em um segundo passo, altamente decisivo a seu ver. Em março de 1889, movido por grande entusiasmo, André Rebouças começou a elaborar, por conta própria, um planejamento de censo rural, destinado à construção de um diagnóstico para medição das terras improdutivas e oferta de créditos, voltados para a divisão e compra de pequenas propriedades, acessíveis a brasileiros, ex-escravizados e imigrantes pobres.⁵⁴ Esta “triangulação cadastral fazia parte do seu projeto de Democracia Rural e consistia em medir o território e promover cálculos relativos ao seu grande projeto de distribuição de terras.”⁵⁵

Em sua “Fala do Trono” em maio de 1889, já no contexto do pós-abolição, na tradicional abertura dos trabalhos legislativos, o imperador discursou para deputados e senadores reunidos na Assembleia-Geral, portando solenemente sua coroa, cetro e manto. Na ocasião, diante do cenário de tensão política e perda de apoio da monarquia, D. Pedro II sugeriu

⁵¹ REBOUÇAS, A. *Diário e Notas Autobiográficas*. Texto escolhido e anotado por Ana Flora e Ignacio José Veríssimo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1938, pp. 323-359.

⁵² BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário. 4 de março de 1889. vol. 19.

⁵³ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário, 24 de março de 1889. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 19.

⁵⁴ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. REBOUÇAS, André. Diário, 3 de março de 1889. Vol. 19.

⁵⁵ DAIBERT JR, Robert. Um Pitágoras africano entre o Brasil e o exílio: André Rebouças e a crença na evolução do cosmos (1888-1893). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 80, maio-ago, p. 1-33, 2023, p. 12.

ao parlamento mudanças importantes, como a criação de escolas técnicas, de faculdades de ciências e letras nas províncias articuladas a um sistema universitário, e a instalação de duas universidades, uma ao norte e outra ao sul do Império. Além disso, o monarca estimulou a redação de um novo código civil, a reforma do código penal e a expansão do transporte ferroviário. Mas no conjunto das medidas, destacava-se, no entanto, o plano de desapropriação de terras para regulamentação das pequenas propriedades, com vistas à formação de núcleos coloniais agrícolas. Em seu diário, Rebouças comemorava anotando as seguintes expressões: “A Fala do Trono pede a Divisão da Terra, a Pequena Propriedade, o Imigrante Proprietário, a Democracia Rural, em suma, nestes termos.”⁵⁶ As conversas pelas ruas de Petrópolis pareciam estar rendendo frutos.

Em seu discurso ao parlamento, para o desgosto dos grandes fazendeiros do café, o imperador não tocava na proposta de indenização pela perda de mão de obra, algo que circulava como perspectiva desde antes da aprovação da Lei Áurea e que havia ganhado força a partir de maio de 1888. Contrariando tais expectativas, D. Pedro II afirmava em seu discurso que a classe agrícola dos antigos fazendeiros escravocratas já havia compreendido “que ficara inútil e sem valia uma propriedade que nem era mais suscetível de posse.”⁵⁷ O recado estava dado, não adiantava mais esperar por uma indenização.

De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho, em um ambiente de crescente tensão com os fazendeiros, antigos proprietários de escravizados, Rebouças gozava cada vez mais de grande prestígio do imperador que, no fim de 1889, às vésperas da queda da monarquia, teria lhe pedido um “aditivo à Lei de Orçamento de 1890, prevendo a cobertura dos gastos, a serem efetuados com o censo rural, então chamado ‘Cadastro do Território Nacional’.”⁵⁸ Esse, segundo Rebouças, seria o instrumento legal que possibilitaria a abolição dos latifúndios e a consequente formação de uma Democracia Rural no país. Ainda segundo Maria Alice Rezende

⁵⁶ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário. 3 de maio de 1889. vol. 19.

⁵⁷ Secretaria da Câmara dos Deputados. *Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária*. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 15-16, 671-674.

⁵⁸ CARVALHO, 1998, p. 224.

de Carvalho, “ao que parece, a continuidade do regime monárquico, naquele contexto, levaria o imperador a assumir as reformas propugnadas por Rebouças.”⁵⁹

Graças ao golpe militar que derrubou a monarquia no Brasil, em novembro de 1889, os projetos de André Rebouças foram profundamente abalados. Em seu entendimento, não seria mais possível formar uma nação na qual imigrantes e ex-escravizados seriam reconhecidos e valorizados como cidadãos plenos, a partir de sua inserção em famílias produtoras, em pequenas propriedades. Para ele, a queda do regime monárquico era uma “vingança dos *Landlords*, escravizadores de Africanos e de Italianos, usurpadores do território nacional”.⁶⁰ Ao comentar sobre isso, Rebouças reproduzia uma história que conheceu por meio de cartas enviadas por seus amigos, no início de seu exílio. O relato descrevia uma conversa ocorrida no Rio de Janeiro logo nos primeiros dias após a Proclamação da República. Em suas palavras, um “hediondo escravocrata” ao encontrar com um monarquista no centro da cidade teria manifestado grande contentamento com a mudança do regime político, especificamente por saber que a “Princesa Redentora chorou a valer.”⁶¹ Eram os chamados “Republicanos do 14 de maio”, aqueles que, logo após o 13 de maio, sentindo-se feridos em seus interesses econômicos em decorrência da perda da mão de obra escravizada, teriam aderido à República como vingança. Chegava ao fim o Brasil-nação idealizado e gestado por Rebouças, inconcluso, abortado antes de seu efetivo nascimento.

ANDRÉ REBOUÇAS: A NAÇÃO IMAGINADA NO EXÍLIO

Durante seus quase nove anos de exílio, André Rebouças revisitou seus escritos e artigos de jornal, organizou seus diários e registros de correspondências. Nesse período de grande solidão, intensificou também sua troca de correspondência com seus amigos estrangeiros, mas sobretudo com os brasileiros. Esses diálogos traziam diagnósticos críticos ao regime republicano, sempre acompanhados de uma visão idealizada do período monárquico no país.

⁵⁹ CARVALHO, 1998, p. 225.

⁶⁰ Carta de André Rebouças a José Joaquim de Maia Monteiro (Barão da Estrela). Lourenço Marques, 16 de maio de 1892. In: MATTOS, H. 2022, p. 154.

⁶¹ Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco e a Alfredo Taunay. Lourenço Marques, 15 de novembro de 1892. In: MATTOS, H. 2022, p. 219.

Em carta enviada a seu amigo Alfredo Taunay, em dezembro de 1895, Rebouças sintetizava sua compreensão a respeito da queda da monarquia e dos rumos tomados pela jovem república.

Em suas palavras, em

[...] 13 de Maio de 1888 tudo estava terminado. Não havia mais escravos no Brasil. Mas havia escravizadores e re-escravizadores; havia monopolizadores de latifúndios inúmeros a exigir “indenização ou república”; escravos amarelos ou brancos para substituírem os escravos negros. Realizou-se o dilema atroz dos landlords da terra-roxa de São Paulo: - “Ou monarquia com escravos ou república.”⁶²

No momento de escrita dessa carta, Prudente de Moraes havia assumido a presidência do Brasil há cerca de um ano, tendo sido o primeiro titular do Executivo Federal eleito na República, depois dos governos militares dos presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. As ações do primeiro presidente civil da República brasileira estavam claramente voltadas para o atendimento dos interesses da elite cafeeicultora de São Paulo, para a pacificação do país e para o afastamento dos militares e sua influência na esfera política.⁶³ Mas para André Rebouças, tratava-se da consolidação do golpe militar de 1889, orquestrado também para o atendimento dos interesses da oligarquia cafeeicultora paulista, uma das mais ricas e prósperas naquele momento. Em sua crítica, os imigrantes europeus ou asiáticos engrossavam as fileiras da massa de trabalhadores explorados em favor do enriquecimento dessas elites agrárias, agora definitivamente no poder.

No exílio, Rebouças revisitava seu projeto de nação. Para isso, passou a construir uma memória idealizada do Brasil monárquico. Nesse sentido, em carta enviada a Rangel da Costa, escreveu em dezembro de 1892:

Outrora chegar à Capital do Império era [ilegível] bela entrada num Paraíso de magistral esplendor, na Metrópole de um ‘Continente fértil e tranquilo’, onde não havia nem pena de morte, nem masmorras, nem bárbaros açoites, (...); onde um Imperador, Filósofo e Santo, defendia os Africanos escravizados contra a sanha dos fazendeiros e senhores de engenho, monopolizadores e usurpadores do território nacional, surradores, estaqueadores, linchadores e cremadores de Negros; capazes de todas as iniquidades [...] ⁶⁴

⁶² BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Carta de André Rebouças a Taunay, 01 de dezembro de 1895.

⁶³ SCHWARCZ, L. & STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 319-322.

⁶⁴ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Registro de Correspondência, v. 5. Carta de André Rebouças a Rangel da Costa, 23 de dezembro de 1892.

Após a queda do regime monárquico, complementando seus ideais de um Brasil-nação como uma Democracia Rural, André Rebouças passou a dar maior ênfase ao papel do imperador como inimigo dos escravocratas e latifundiários e defensor dos escravizados. De modo recorrente ao longo de todo o seu período de exílio, André Rebouças repetia sua compreensão de que “D. Pedro II, [era o] único Amigo e Protetor desse grupo de trabalhadores para o aperfeiçoamento do Brasil e da Nação Brasileira”.⁶⁵

Assim, a figura do monarca ganhou um lugar central em seu modo de imaginar a nação. Em carta enviada do exílio a Joaquim Nabuco, Rebouças afirmou que o “Brasil é D. Pedro II. Depois de 15 de novembro só compreendo o Brasil de D. Pedro II. Tudo o mais oscila entre Bolívia e Honduras.”⁶⁶ Em outra carta ao mesmo amigo, desabafava: “Tudo quanto se tem passado, a partir do nefando 15 de novembro de 1889, veio provar a última evidência: que era D. Pedro II quem diferenciava o Brasil da Bolívia e das repúblicas hispano-americanas.”⁶⁷ Em tom pejorativo, dizia que o país assumiria agora as mesmas características negativas de suas empobrecidas repúblicas vizinhas na América Latina, como militarização da política, ausência de liberdade, guerras civis, fragmentação e instabilidade política.

Em carta a um amigo chamado Vitor Sasseti, André Rebouças lamentava:

Não há mais Brasil; há uma cousa que está oscilando na mão de Deus Vingador o qual só Ele sabe se vai ter a sorte da Argentina ou do Chile. O Brasil cometeu os maiores crimes possíveis: crimes de traição; crimes de ingratidão; crimes de incompetência satânica na associação de homens e no monopólio da terra.⁶⁸

Estendendo seus elogios e sua visão idealizada do regime monárquico, Rebouças interpretava D. João VI como “o libertador econômico, financeiro, comercial e industrial do Brasil, (...) D. Pedro I [como] o libertador político e nacional” e, por fim, D. Pedro II como o “Pai da Família Brasileira”.⁶⁹

⁶⁵ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 9 de fevereiro de 1894.

⁶⁶ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. 23 de novembro de 1890.

⁶⁷ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. 01 de setembro de 1892.

⁶⁸ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 3. Carta de André Rebouças para Vitor Sasseti. 3 de setembro de 1891.

⁶⁹ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 2. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 13 de maio de 1891.

Em alguns momentos, mesmo como uma hipótese de difícil concretização, o Brasil de D. Pedro II é imaginado por Rebouças como um modelo para a quase impossível restauração da monarquia no país. Em seus pensamentos, permanecia a ideia de

[...] Regenerar o Brasil. Reconstituir o Brasil de D. Pedro II. Eliminar, pouco a pouco, todos os mais elementos de militarismo e de jacobinismo, de anarquia e de revolução nascidos e crescidos desde 1889 até 1895. É isso que exige muito tempo, muita paciência, muita prudência e muita sabedoria. Fácil é destruir; difícil é restaurar.⁷⁰

No exílio, André Rebouças construiu a imagem de D. Pedro II como a única força capaz de enfrentar e destruir os poderes das elites agrárias no país. Em suas palavras:

D. Pedro II possuiu a mais rara das coragens: a de combater pacificamente, durante longos anos, sem arma alguma e sem aliado algum, contra os ricos e os poderosos. Morreu íntegro e puro; superior a todas as covardias humanas; digno Filho de Deus, Justo e Bom; sublime Discípulo de Jesus; do Divino Mestre da Caridade e do Perdão.⁷¹

Como pode ser observado no texto acima, a imagem que Rebouças constrói do imperador, já idealizada nos meses finais de sobrevivência da monarquia, assumiu cores bem mais fortes no exílio. D. Pedro II aparecia como o um herói, inimigo das elites e, por isso, fiel aliado e garantidor de seu projeto de nação como Democracia Rural. Nesse sentido, ao construir um pedestal para o monarca, Rebouças tentava também afirmar um lugar de destaque para os abolicionistas. Se o imperador era o herói maior da nação, os abolicionistas deveriam figurar ao seu lado como coprotagonista na guerra contra os inimigos do Brasil. Nesse sentido, preocupando-se com as futuras narrativas históricas, Rebouças afirmava: “Seremos alistados na História entre os Poetas por excesso de amor à Humanidade. Só peço a Deus que não separem jamais o triângulo moral: - Taunay, Nabuco e Rebouças, e que ele sirva de base à Pirâmide ideal em cujo vértice está D. Pedro II.”⁷²

Como parte de afirmação de sua nação imaginada, Rebouças planejava escrever um livro em parceria com Taunay e Nabuco, seus principais parceiros na luta abolicionista. A publicação deveria exaltar sua militância contra a escravidão, presente na

⁷⁰ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 8. Carta de André Rebouças para Rangel da Costa. 28 de novembro de 1895.

⁷¹ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 6. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 21 de julho de 1893.

⁷² BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 9 de fevereiro de 1894.

Propaganda de 1880 a 1889, para servir às gerações futuras de compêndio de ‘Bom Patriotismo’ de amor ao Brasil; um ‘Evangelho de D. Pedro II’; de Doutrina de Trabalho e de Paz; de Sacrifício e de Abnegação em prol do Progresso e da Prosperidade da Pátria muito amada.”⁷³

Em sua visão, esse grupo de abolicionistas no qual ele estava inserido era unido por um ideal sublime, humanitário, inspirado no imperador, voltado para o combate às desigualdades, à destruição do poder das elites agrárias escravocratas e latifundiárias. No período de seu autoexílio, Rebouças idealizou por muito tempo a escrita de uma grande biografia, voltada para a exaltação da vida e dos feitos heroicos de D. Pedro II, em suas palavras, um “Imperador sem igual, Apóstolo e Mártir de Justiça, de Liberdade e de Perdão até os limites extremos só ordenados e só praticados por Jesus”⁷⁴ Em seu entendimento, o monarca havia se sacrificado ao lutar bravamente em diversas batalhas contra aqueles que atrasavam o desenvolvimento do país. O sucesso dessa guerra poderia ter culminado com a construção da Democracia Rural, sua nação imaginada. Em suas palavras, esse Brasil não foi viável porque os “ministros subservientes aos grandes senhores territoriais iludiam a patriótica vigilância e solicitude de D. Pedro pelo Brasil e pela Nacionalidade Brasileira”.⁷⁵

Em um célebre ensaio, publicado em 1882, Ernest Renan nos ensina que nem a língua, nem o território geográfico e nem uma religião comum compartilhada seriam capazes de unir uma população em torno de um sentimento de pertencimento a um mesmo corpo social. O autor argumenta que a nação é uma construção simbólica, formada por lembranças e esquecimentos. Nesse sentido, os “filhos de uma nação” devem esquecer suas origens diversas, apagando qualquer lembrança que destaque suas diferenças em termos de valores e identidades. Em seu lugar, devem ser cultivadas narrativas históricas ou míticas sobre a fundação da nação, assentada sobre o cultivo da memória de um passado de glórias, alcançadas por sofrimentos e heroísmos. A nação seria assim uma comunidade fundamentada na lembrança dos sacrifícios feitos pelos grandes homens, capazes de gerar uma solidariedade no presente, um desejo de viver em comunhão.⁷⁶ Esse foi exatamente o sentido atribuído por André Rebouças ao papel

⁷³ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 6 de agosto de 1894.

⁷⁴ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 8. Carta de André Rebouças para Augusto de Castilho. 3 de novembro de 1895.

⁷⁵ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 24 de dezembro de 1894.

⁷⁶ RENAN, E. O que é uma nação? *Revista Aulas*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006, p. 10-20.

de D. Pedro II. O monarca, como “pai da nação” teria sacrificado seu trono em favor de um Brasil mais justo, inclusivo, com distribuição de terras e tudo o que envolvia seu projeto de Democracia Rural.

De acordo com Renan, o culto a um passado heroico, dos grandes homens seria “o capital social sobre o qual se assenta uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas conjuntamente, querer fazer ainda, eis as condições essenciais para ser um povo”.⁷⁷ Em outras palavras, a construção dessa memória referenda e legitima um dado presente e autoriza e mobiliza determinados projetos de futuro. O autor também chama atenção para o fato de que a nação passa por um “constante plebiscito”, de modo que seu corpo social pode avaliar e redefinir seus termos e consentimentos em torno de uma herança comum compartilhada.⁷⁸ Em outras palavras, a nação está em constante processo de construção e mesmo alguns consensos em torno da definição de seus termos podem ser revistos, questionados e reformulados por outras visões de nação. É nesse sentido que Rebouças questionava a imagem de uma nação idealizada como resultado do sacrifício de indígenas pelo sucesso da civilização europeia nos trópicos, mas que na prática era formada pelos privilégios de uma elite que se considerava branca.

Este aspecto foi mais bem desenvolvido por Benedict Anderson em seu livro *Comunidade imaginadas*⁷⁹. Segundo o autor, as nações são imaginadas porque “até os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”.⁸⁰ Apesar disso, e também das desigualdades existentes dentro de suas fronteiras, as comunidades são imaginadas como uma grande fraternidade, uma “profunda camaradagem horizontal” que em alguns casos pode levar milhões de pessoas a morrerem por sua nação.⁸¹

⁷⁷ RENAN, 2006, p. 18.

⁷⁸ RENAN, 2006, p. 19-20.

⁷⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸⁰ ANDERSON, 2008, p. 32

⁸¹ ANDERSON, 2008, p. 34

Anderson acrescenta, portanto, a participação do estado moderno na constituição da nação como uma comunidade imaginada. As práticas administrativas e culturais dos estados modernos como a promoção da alfabetização, de uma gramática vernácula comum, e da imprensa contribuíram para que as pessoas se sentissem participantes de um enredo em narrativas e imagens coletivas divulgadas pelos jornais e pelos romances.⁸² Assim, a constituição dos estados exerce influência significativa nos diferentes modos pelos quais as nações são imaginadas, já que as escolhas dos elementos que compõem o sentimento de pertencimento nacional, veiculadas por suas práticas administrativas, oferecem sentidos e mobilizam os sujeitos a assumirem determinadas obrigações, a partir do reconhecimento de seus lugares e papéis dentro de suas comunidades.

Se por um lado, são inegáveis os esforços dos Estados na construção de narrativas oficiais para as nações, por outro, é preciso considerar também a emergência de outras formas de imaginar a nação. Para Hobsbawm, as nações devem ser interpretadas como:

[...] fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.⁸³

Em outras palavras, indivíduos, grupos ou atores sociais de diferentes tendências políticas podem apropriar-se dos discursos oficiais sobre a nação, interpretando-os ou incorporando-os a seu modo. E assim, podem oferecer releituras da nação, portadoras de práticas sociais ou projetos alternativos.⁸⁴ Tais considerações nos ajudam a entender a atuação de André Rebouças como um intelectual mediador. Além de agir nos bastidores da organização da campanha abolicionista nas ruas, divulgava intensamente suas ideias na imprensa e, mesmo não ocupando cargos políticos, elaborava projetos de leis, reunia-se com deputados, senadores, chefes de governo e dialogava sobretudo com o imperador, na tentativa de consolidar o seu projeto de nação.

⁸² ANDERSON, 2008, p. 55.

⁸³ HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 20.

⁸⁴ MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C.C.; LUCA, T.; GUIMARÃES, Va. (orgs.) *Identities brasileiras: composições e recomposições*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 26 e 29.

Na Ilha da Madeira, André Rebouças começou aos poucos a ser tomado por uma grande depressão e desânimo. D. Pedro II havia falecido há alguns anos. Sua nação imaginada parecia cada vez mais distante, utópica e inviável. A nação como Democracia Rural, composta por ex-escravizados e imigrantes cidadãos com acesso às pequenas propriedades, sem os desmandos e poderes das elites latifundiárias e escravocratas, parecia um sonho impossível. Sua nação imaginada era uma ficção, assim como todas as outras.

Apesar do desânimo e do descrédito, em alguns raros momentos de esperança, Rebouças às vezes ainda sonhava com um

[...] Brasil povoado pelas mais belas raças humanas; Brasil regido pelas mais liberais e progressistas leis; Brasil unido, livre e independente, sem superior neste mundo; Brasil ideal de D. Pedro II. Brasil que apenas alguns Ministros chegaram a compreender para auxiliá-lo na sua realização; Brasil, que nós suplicamos ao Deus Onipotente, possa ainda ser uma realidade no correr dos séculos.⁸⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, a maior parte das pesquisas sobre André Rebouças não teceu ainda interpretações com base na análise do conjunto de seus textos escritos no exílio (1889-1898) nem tomou esse recorte temporal como delimitação cronológica. Quase todas essas investigações circunscrevem-se ao redor do cenário do Brasil monárquico, sobretudo entre os anos 1860 e 1880 por privilegiarem temáticas como: os percursos, adaptações, mudanças e percalços do pensamento liberal de Rebouças no tempo do Império em seu caminho rumo a um projeto reformista; sua formação intelectual, atuação na Guerra do Paraguai, seu exercício profissional (como engenheiro e empresário) ou jornalista militante nos quadros de uma sociedade estamental (escravocrata e senhorial) em transição rumo a uma revolução burguesa incompleta; sua incansável militância abolicionista integrada a um projeto maior de reformas que passava pela democratização do acesso à terra por meio da multiplicação de pequenas propriedades. De um modo geral, tais interpretações buscaram explicar as mudanças decorrentes da desilusão de André Rebouças, ainda dentro do contexto histórico do Brasil monárquico, com as promessas liberais de felicidade, desenvolvimento e progresso das quais

⁸⁵ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 24 de dezembro de 1894.

ele havia sido um ardoroso defensor. Até o presente momento, poucos autores avançaram em análises a respeito de André Rebouças em seu período do exílio.

Como exceções a essa regra, tenho publicado artigos que avançam na compreensão e análise do conjunto de textos produzidos por André Rebouças no exílio.⁸⁶ O mesmo movimento tem sido feito, de modo bastante enriquecedor, pela historiadora Hebe Mattos⁸⁷, com quem atualmente trabalho em parceria na escrita de uma biografia de Rebouças, além de outros textos.⁸⁸ Nossa expectativa é trazer contribuições significativas a respeito da historiografia dedicada à compreensão do pensamento e da ação de um dos intelectuais negros mais atuantes no Brasil do século XIX, a partir da investigação de seus escritos de exílio, uma documentação ainda hoje pouco explorada pelos historiadores.

Nesse sentido, este artigo traz uma importante contribuição no avanço desse movimento. A análise das fontes revela um cenário pouco estudado pela historiografia, sobretudo pelo silenciamento imposto pela jovem república aos seus adversários, como Rebouças. O artigo também contribui para melhor compreensão dos momentos finais de sobrevivência da monarquia no Brasil e os primeiros anos de afirmação do regime republicano. Por fim, os escritos de Rebouças revelam uma reflexão original, de um intelectual negro que

⁸⁶ DAIBERT JR., Robert. Sonhos proféticos de André Rebouças por uma Democracia Rural: o encontro do “maior inimigo dos Fazendeiros” com as utopias cristãs de Tolstoi. *Intellectus* (UERJ), Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 102-127, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/73856> Acesso em: 8 de maio de 2024.

DAIBERT JR, Robert. Um Pitágoras africano entre o Brasil e o exílio: André Rebouças e a crença na evolução do cosmos (1888-1893). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 80, p. 1-33, maio-agosto, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/pB9fw36xgRMkCgNQZJHxdnz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

DAIBERT JR, Robert. André Rebouças: A Black Intellectual and Engineer Fighting Against Social Inequality in the 19th Century. *Biblioteca Oliveira Lima*, Catholic University of America. Disponível em: <https://www.lib.cua.edu/wordpress/newsevents/21932/> Acesso em: 8 de agosto de 2024.

⁸⁷ MATTOS, Hebe. André Rebouças e o pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores Negros - Pensadoras Negras*: séculos XIX e XX. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 153-169.

MATTOS, Hebe. *Cartas da África*: registro de Correspondência: 1891-1893. Volume 1. São Paulo: Chão, 2022.

MATTOS, Hebe. Ulisses africano: modernidade e dupla consciência no Atlântico Sul. In: MATTOS, Hebe. *Cartas da África*: Registro de Correspondência: 1891-1893. André Rebouças. São Paulo: Chão, 2022, pp. 315-366.

MATTOS, Hebe. (org.) *O engenheiro abolicionista*: entre o Atlântico e a Mantiqueira. v. 1. André Rebouças. Diários, 1883-1884. São Paulo: Chão, 2024.

⁸⁸ DAIBERT JR, Robert.; MATTOS, Hebe. Um Tolstoi africano: André Rebouças e um Outro Ocidente (1889-1898). *Revista Estudos Históricos (FGV)*, v. 35, p. 436-456, 2022.

idealizou uma outra nação possível, apostando em reformas sociais propostas no pós-abolição e ainda pouco estudadas.

Como vimos, a nação imaginada por Rebouças, assim como todas as outras nações, era formada por utopias, fantasias, mitos, narrativas laudatórias e heróis mais idealizados do que reais. Nesse sentido, sabemos que as relações entre o imperador e as oligarquias políticas de base escravocrata e latifundiária eram, predominantemente, formadas por cumplicidades. Desta forma, o monarca chefiou por quase cinquenta anos um Estado sustentando em grande parte por essas mesmas elites através dos impostos de exportação e por relações de clientelismo que percorriam as veias e artérias do sistema político imperial, garantindo e dando suporte para a centralização do poder.

No exílio, em defesa de seu projeto de nação como Democracia Rural, Rebouças tentou generalizar para todo o Segundo Reinado uma situação que, de fato, só se tornou evidente entre a abolição da escravidão e a queda da monarquia, mais precisamente entre agosto de 1888⁸⁹ e novembro de 1889. Como vimos, nesse contexto, D. Pedro II demonstrava estar alinhado aos projetos reformistas de André Rebouças e, aparentemente, disposto a contrariar os interesses das oligarquias agrárias, sobretudo em projetos de abolição dos grandes latifúndios.

De acordo com José Murilo de Carvalho, no tempo do Império circulava entre a população urbana e mesmo rural um sentimento monarquista de natureza mais religiosa e cultural do que política. Esse monarquismo não se traduzia em sentimento de brasilidade. De acordo com o autor, somente através da vinculação da figura do monarca como chefe da nação, seria possível transformar esse sentimento em patriotismo. Para tanto, seria preciso uma ação pedagógica por parte das elites, no sentido de criar uma identificação entre a monarquia, o imperador e a nação.⁹⁰

Ainda segundo José Murilo de Carvalho, é surpreendente que pouco tenha sido feito neste sentido.⁹¹ Ao final deste artigo, é possível afirmar que, quase como exceção a essa regra, a nação imaginada por Rebouças como utópica Democracia Rural, tinha como base esta

⁸⁹ Como vimos, em agosto de 1888 o imperador voltou ao Brasil, depois de um período de quase quatorze meses de ausência, em que a Princesa Isabel ocupou pela terceira vez a regência do Império.

⁹⁰ CARVALHO, 1999, p. 239.

⁹¹ CARVALHO, 1999, p. 239.

identificação. É nesse sentido que dizia o “Brasil é D. Pedro II”⁹² e que sem o imperador, entendido como condição de possibilidade para a Democracia Rural, “não há mais Brasil.”⁹³

Em seus últimos cinco anos de vida, André Rebouças residiu na Ilha da Madeira, em Portugal. Bastante adoecido e endividado, viveu como hóspede no *Reid's New Hotel*, um estabelecimento ainda hoje em funcionamento no mesmo local, situado no alto de um penhasco, de onde oferece a seus hóspedes uma deslumbrante vista do Oceano Atlântico. Da janela de seu quarto, Rebouças podia desfrutar dessa visão paradisíaca do mar que o separava de sua terra natal. Sem conseguir avistar novamente o distante Brasil, restava-lhe a imaginação. Em maio de 1898, aos sessenta anos de idade, seu corpo foi encontrado nas águas, abaixo desse penhasco. Morreu sem ver a sua Democracia Rural e o seu Brasil nação. Acreditava, no entanto, que, após a morte, reencontraria o seu imperador D. Pedro II.

FONTES

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. REBOUÇAS, André. *Diário*. 15 de maio de 1888.

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 26 de junho de 1888.

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 10 de julho de 1888.

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 18 de julho de 1888.

BRASIL. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Diário de André Rebouças, 27 e 31 de julho de 1888.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário, 3 de março de 1889. Vol. 19.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário. vol. 19. 4 de março de 1889.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário, 24 de março de 1889. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 19.

⁹² BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. 23 de novembro de 1890.

⁹³ BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 3. Carta de André Rebouças para Vitor Sasseti. 3 de setembro de 1891.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário. vol. 19. 3 de maio de 1889.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário, 24 de março de 1889. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Arquivo André Rebouças. REBOUÇAS, André. Diário, 11 de setembro de 1889. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. 23 de novembro de 1890.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 2. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 13 de maio de 1891.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 3. Carta de André Rebouças para Vitor Sasseti. 3 de setembro de 1891.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Carta de André Rebouças a Joaquim Nabuco. 01 de setembro de 1892.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de Correspondência, vol. 5. Carta de André Rebouças a Rangel da Costa, 23 de dezembro de 1892.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 5. Carta de André Rebouças para Rangel da Costa. 29 de janeiro de 1893.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 6. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 21 de julho de 1893.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 9 de fevereiro de 1894.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 6 de agosto de 1894.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. Registro de correspondência. Vol 7. Carta de André Rebouças para Alfredo Taunay. 24 de dezembro de 1894.

BRASIL. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Carta de André Rebouças a Alfredo Taunay, 01 de dezembro de 1895.

BRASIL. Secretaria da Câmara dos Deputados. *Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Câmara temporária*. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 671-674.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos economicos, propaganda abolicionista e democratica*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureaux, 1883.

REBOUÇAS, André. *Orphelinato Gonçalves de Araujo: lemas e contribuições para a abolição da miseria*. Petrópolis: Typ. G. Luizinger e Filhos, 1889.

OBRAS GERAIS

OBRAS COMPLETAS

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro. (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

HOBBSAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe. André Rebouças e o pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.). *Pensadores Negros, Pensadoras Negras: séculos XIX e XX*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 153-169.

MATTOS, Hebe. *Cartas da África: registro de Correspondência: 1891-1893*. Volume 1. São Paulo: Chão, 2022.

MATTOS, Hebe. (org.) *O engenheiro abolicionista: entre o Atlântico e a Mantiqueira*. v. 1. André Rebouças. Diários, 1883-1884. São Paulo: Chão, 2024.

MATTOS, Hebe. *Cartas da África: registro de correspondência (1891-1893)*, André Rebouças. São Paulo: Chão, 2022.

MATTOS, Hebe. (org.) *O engenheiro abolicionista: entre o Atlântico e a Mantiqueira*. v. 1. André Rebouças. Diários, 1883-1884. São Paulo: Chão, 2024.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tânia de; GUIMARÃES, Valéria. (orgs.) *Identidades brasileiras: composições e recomposições*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. *Génération intellectuelle: Khâgneux et Normaliens dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CAPÍTULO DE OBRAS

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. Vol. 1, Cap. 10, p. 233-268.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças (1838-1898). Agricultura Nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática. In: PRADO, Maria Emília. (org.) *Dicionário do Pensamento brasileiro: obras políticas do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Renavan, 2012. Vol. 1, Cap. 4, p. 31-36.

GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Vol. 1, Cap. 1, p. 7-37.

ARTIGOS

RENAN, Ernest. O que é uma nação? *Revista Aulas*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2024.

DAIBERT JR, Robert.; MATTOS, Hebe. Um Tolstoi africano: André Rebouças e um Outro Ocidente (1889-1898). **Revista Estudos Históricos (FGV)**, v. 35, p. 436-456, 2022.

DAIBERT JR., Robert. Sonhos proféticos de André Rebouças por uma Democracia Rural: o encontro do “maior inimigo dos Fazendeiros” com as utopias cristãs de Tolstoi. **Intellèctus** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 102-127, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellèctus/article/view/73856> Acesso em: 8 de maio de 2024.

DAIBERT JR, Robert. Um Pitágoras africano entre o Brasil e o exílio: André Rebouças e a crença na evolução do cosmos (1888-1893). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 80, p. 1-33, maio-agosto, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/pB9fw36xgRMkCgNQZJHxdnz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

DAIBERT JR, Robert. André Rebouças: A Black Intellectual and Engineer Fighting Against Social Inequality in the 19th Century. **Biblioteca Oliveira Lima**, Catholic University of America. Disponível em: <https://www.lib.cua.edu/wordpress/newsevents/21932/> Acesso em: 8 de agosto de 2024.

Recebido em: 30/05/2024 – Aprovado em: 03/09/2024